



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR

DRAP Centro
Direcção Regional
de Agricultura e Pescas
do Centro

Uso Sustentável de Produtos Fitofarmacêuticos

Formação de Agricultores

na Região centro





Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos

Objetivo das ações de formação:

- Utilização correta no uso e manuseamento dos produtos fitofarmacêuticos
- Reduzir os riscos associados aos efeitos potencialmente perigosos para os utilizadores
- Reduzir os custos
- Minimizar os impactos ambientais



1. Legislação Aplicável

- Lei nº 26/2013, de 11 de abril – (Regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional e define os procedimentos de monitorização à sua utilização);
- D.L. nº 101/2009, de 11 de Maio - (Regula o uso não profissional de produtos fitofarmacêuticos em ambiente doméstico, estabelecendo condições para a sua autorização, venda e aplicação);
- D.L. nº 86/2010, de 15 de Julho – (Estabelece o regime de inspeção obrigatória dos equipamentos de aplicação de produtos fitofarmacêuticos autorizados para uso profissional, transpondo para a ordem jurídica na parte relativa aos equipamentos de aplicação de produtos fitofarmacêuticos, a Diretiva nº 2009/128/CE do PE e do Conselho, de 21 de outubro).



De acordo com a Lei nº 26/2013 entende-se por:



- Aplicador aquele que, nas explorações agrícolas ou florestais, em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação, procede à aplicação de produtos fitofarmacêuticos;
- “Aplicador especializado” o aplicador habilitado a utilizar produtos fitofarmacêuticos de aplicação especializada, considerando como tais os produtos fitofarmacêuticos que nos rótulos da respetiva embalagem contenham a indicação “uso exclusivo por aplicador especializado”.



De acordo com o Artigo 18º da Lei nº 26/2013, de 11 de abril, a partir de 26 de novembro de 2015, os produtos fitofarmacêuticos apenas podem ser aplicados por aplicadores habilitados, com exceção do uso não profissional, devendo ser detentores do respetivo Cartão de Aplicador.

Assim, a partir de 26 de novembro de 2015, o aplicador de produtos fitofarmacêuticos deve dispor de habilitação comprovada por:

a) Certificado de aproveitamento na avaliação final da ação de formação sobre aplicação de produtos fitofarmacêuticos prevista na alínea b) do n.º 6 do artigo 24º;

ou,

b) Formação superior ou de nível técnico - profissional, na área agrícola ou afins, que demonstre a aquisição de competências sobre as temáticas constantes da ação de formação referida na alínea anterior.

Em alternativa às formas previstas nas alíneas a) e b), o aplicador com idade superior a 65 anos à data da entrada em vigor da lei pode adquirir a habilitação de aplicador se comprovar ter obtido aproveitamento em prova de conhecimentos, conforme estipulado nos n.º 6 e 8 do Artigo 24º, sendo dispensado da frequência da ação de formação.



A formação deve ser obtida em ações homologadas pela DRAP da região e são promovidas por entidades formadoras devidamente acreditadas.

O cartão de aplicador deve também ser requerido à DRAP da região onde efetuou a formação, com o comprovativo da formação com aproveitamento.

Conforme referido, para requererem o do cartão de aplicador de produtos fitofarmacêuticos, os agricultores devem possuir um dos seguintes documentos:

- **Certificado de formação profissional homologado da ação de APF**
- **Formação Superior ou técnico profissional na área agrícola ou afins onde demonstre que adquiriu competências sobre a temática de APF.**

A formação específica para ter acesso ao cartão de aplicador é obrigatória também a partir de 26 de novembro de 2015.

A habilitação como aplicador é válida por 10 anos, renovável por períodos iguais.



2. Condições para frequência de Ações de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos

Para frequentarem a formação, os formandos devem reunir os seguintes requisitos:

- Ter idade igual ou superior a 16 anos
- Ter escolaridade mínima obrigatória em função do ano de nascimento (podem ser aceites os formandos que não possuam a escolaridade obrigatória, mas que saibam ler, escrever e interpretar um texto).

Devem apresentar junto das entidades formadoras os seguintes documentos:

- Ficha de inscrição devidamente preenchida
- Cópia de Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade/nº de identificação Fiscal
- Cópia do certificado de habilitações.

Os documentos de identificação dos formandos são fundamentais para que as entidades formadores possam apresentar o processo de homologação junto da DRAP Centro, o qual deve ocorrer no prazo máximo de seis e mínimo de dois meses antes do início da ação de formação.

http://www.drapc.min-agricultura.pt/drapc/servicos/desenvolvimento/fp_agricola.htm



3. Programas de Ação de Formação em APF/DCPF

Atendendo a que as entidades formadoras podem eventualmente não ter acesso ao financiamento através do POPH, e com a finalidade de não elevar o custo da formação aos formandos, foram criados dois programas paralelos, com conteúdos programáticos bastante similares havendo no entanto uma carga horária diferente:

- Uma carga horária com 50 horas, caso tenha o financiamento do POPH;
- Uma carga horária de 35 horas para as ações que não tiverem qualquer financiamento, sendo esta a que inicialmente foi concebida ao abrigo do Despacho nº 5848/2002 (2ª série) de 15 de Março.





Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos

3.a) Programa de Ação de Formação

Objetivos gerais

Capacitar os participantes para a manipulação e aplicação segura de produtos fitofarmacêuticos, minimizando os riscos para o aplicador, o ambiente, espécies e organismos não visados e o consumidor, de acordo com os princípios da proteção integrada.





Ação de 50 horas (os participantes deverão obter as seguintes competências):

- Identificar os principais meios e métodos de proteção das plantas;
- Estimar o risco e o nível económico de ataque numa cultura e em relação a um inimigo;
- Identificar o modo de ação das diferentes classes de produtos fitofarmacêuticos;
- Interpretar as componentes de um rótulo de uma embalagem de produtos fitofarmacêuticos;
- Determinar o intervalo de segurança de um produto fitofarmacêutico;
- Efetuar o cálculo de doses, concentrações e volumes de calda;
- Efetuar a proteção fitossanitária das culturas , conduzindo, operando e regulando as máquinas de aplicação, tendo em atenção os princípios de proteção integrada;
- Aplicar os procedimentos para minimizar o risco na utilização de produtos fitofarmacêuticos para o aplicador, para o ambiente, para as espécies e os organismos não visados e para o consumidor;
- Regular, calibrar e proceder à manutenção das máquinas de tratamento e proteção das plantas;
- Enumerar os procedimentos para armazenar e transportar em segurança pequenas quantidades de produtos fitofarmacêuticos.



Ação de 35 horas (os participantes deverão obter as seguintes competências):

- Identificar os principais meios e métodos de proteção das plantas;
- Interpretar as componentes de um rótulo de uma embalagem de produtos fitofarmacêuticos;
- Efetuar o cálculo de doses, concentrações e volumes de calda;
- Aplicar produtos fitofarmacêuticos de forma segura e segundo os princípios da proteção integrada;
- Identificar os procedimentos a efetuar para minimizar o risco na utilização do produto fitofarmacêuticos para o aplicador, para o ambiente, para as espécies e organismos não visados e para o consumidor;
- Regular, calibrar e proceder à manutenção das máquinas de aplicação de produtos fitofarmacêuticos;
- Enumerar os procedimentos para armazenar e transportar em segurança pequenas quantidades de produtos fitofarmacêuticos.



3.b) Distribuição e comercialização de produtos fitofarmacêuticos

Programa de Ação de Formação

Objetivos gerais

Capacitar os participantes para a atividade de distribuição e comercialização segura e responsável de produtos fitofarmacêuticos, minimizando os riscos para o aplicador, o ambiente e o consumidor.

Curso de 25 horas em que os participantes deverão obter as seguintes competências

- Interpretar o rótulo de uma embalagem de produtos fitofarmacêuticos;
- Identificar os procedimentos a efetuar perante um acidente de trabalho com um produto fitofarmacêutico;
- Reconhecer e localizar a sinalização de segurança do armazém;
- Efetuar os procedimentos para transportar e armazenar em segurança produtos fitofarmacêuticos;
- Aplicar os procedimentos de minimização do risco para o aplicador, para o ambiente e para o consumidor;
- Proceder à venda responsável de produtos fitofarmacêuticos.



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR

DRAP Centro
Direcção Regional
de Agricultura e Pescas
do Centro



4.Dados estatísticos da Região Centro (*)



(*) Até 31/10/2013



APF - Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos

	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (*)	Sub total	Total
Nº Ações Homologadas	9	58	98	141	114	187	607	
Nº Formandos	112	911	1.451	2.115	1.585	827	7001	
DCPF - Distribuição e Comercialização de Produtos Fitofarmacêuticos								
	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (*)	Sub total	
Nº Ações Homologadas	3	5	1	4	5	3	21	
Nº Formandos	26	68	19	64	59	26	262	
								628
								7263

(*) Até 31/10/2013



APF

Distrito	Nº Ações Homologadas	Nº Formandos
Aveiro	114	1.288
C. Branco	79	1.088
Coimbra	145	1.685
Guarda	67	771
Leiria	78	1.021
Viseu	124	1.148
Totais	607	7001

DCPF

Nº Ações Homologadas	Nº Formandos
6	77
1	16
1	16
1	15
5	54
7	84
21	262

**Repartição das ações e nº de formandos por distrito no período
de 2008 a 2013 na área de abrangência da
DRAP Centro**



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR

DRAP Centro
Direcção Regional
de Agricultura e Pescas
do Centro



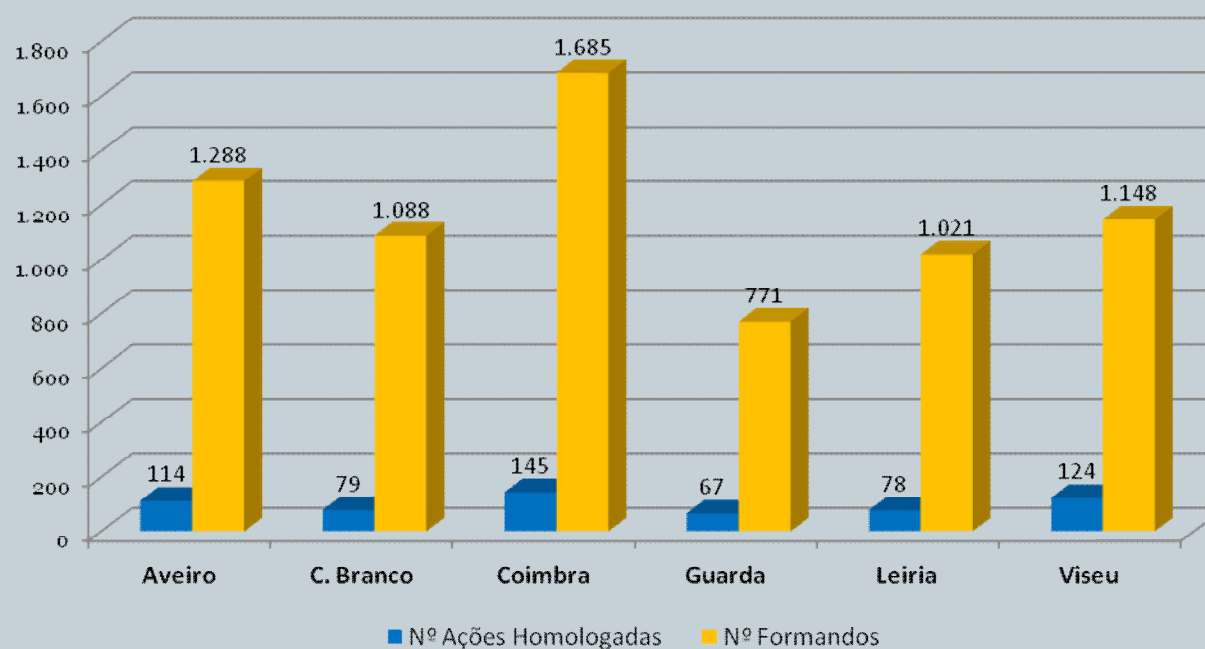
4.a) Distribuição gráfica das Ações de APF/DCPF por Distritos no período de 2008 a 2013 (*)



(*) Até 31/10/2013

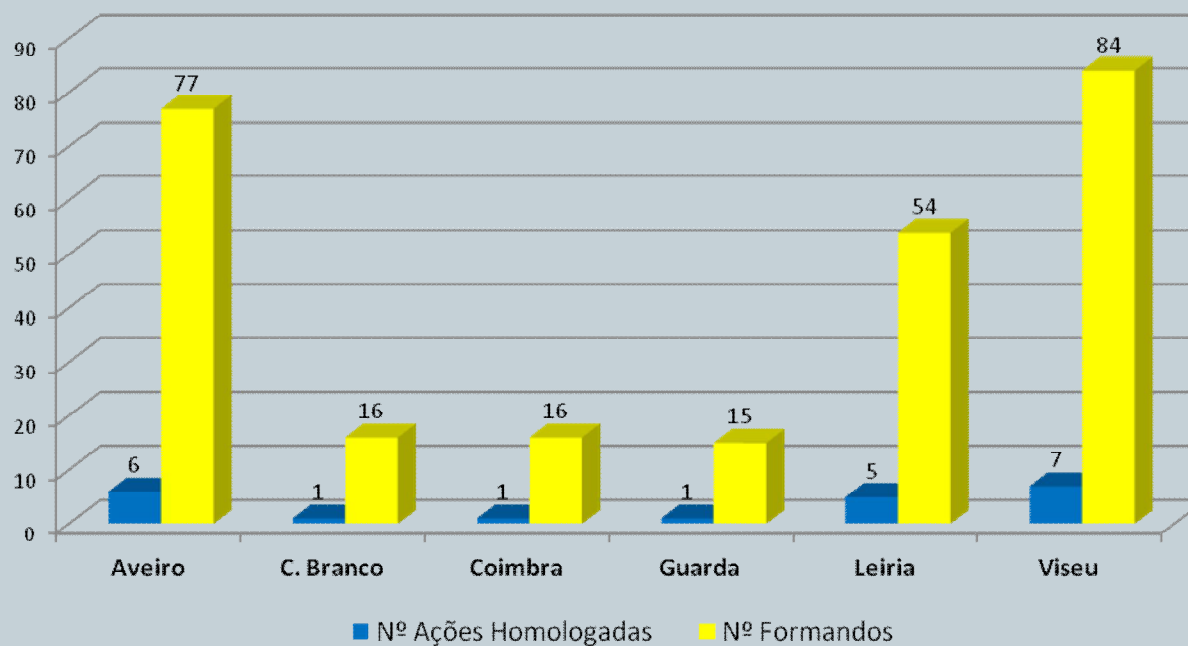


APF - Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos Período de 2008 a 2013





DCPF – Distribuição e Comercialização de Produtos Fitofarmacêuticos Período de 2008 a 2013





GOVERNO DE
PORTUGAL

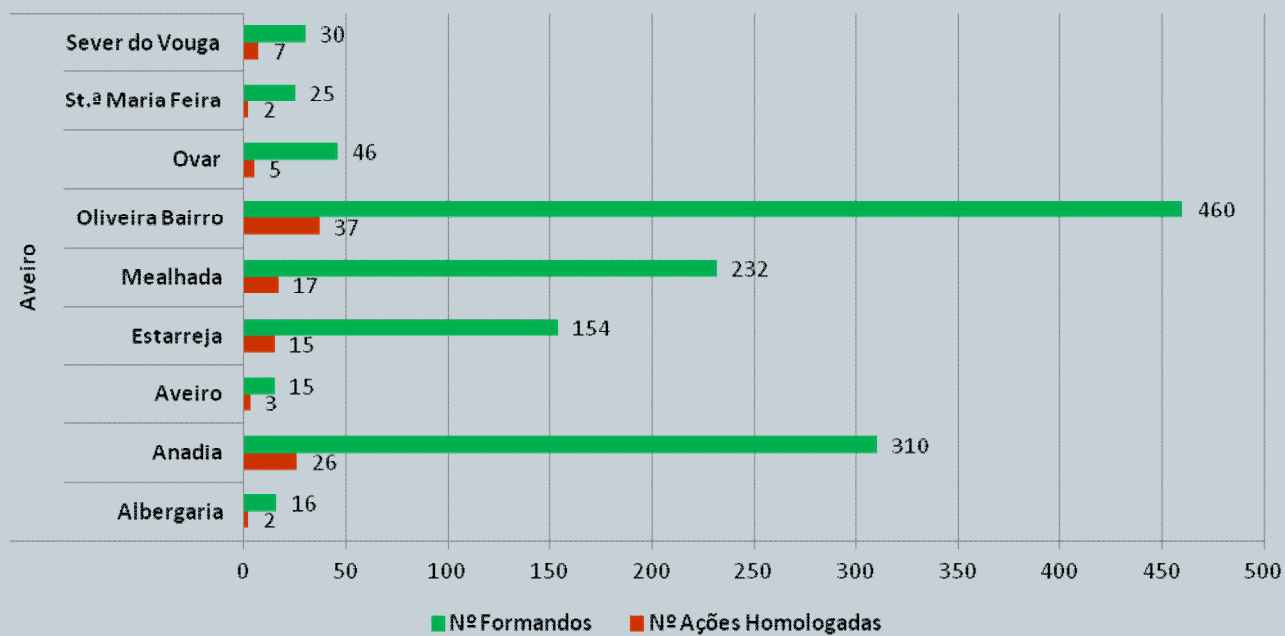
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR

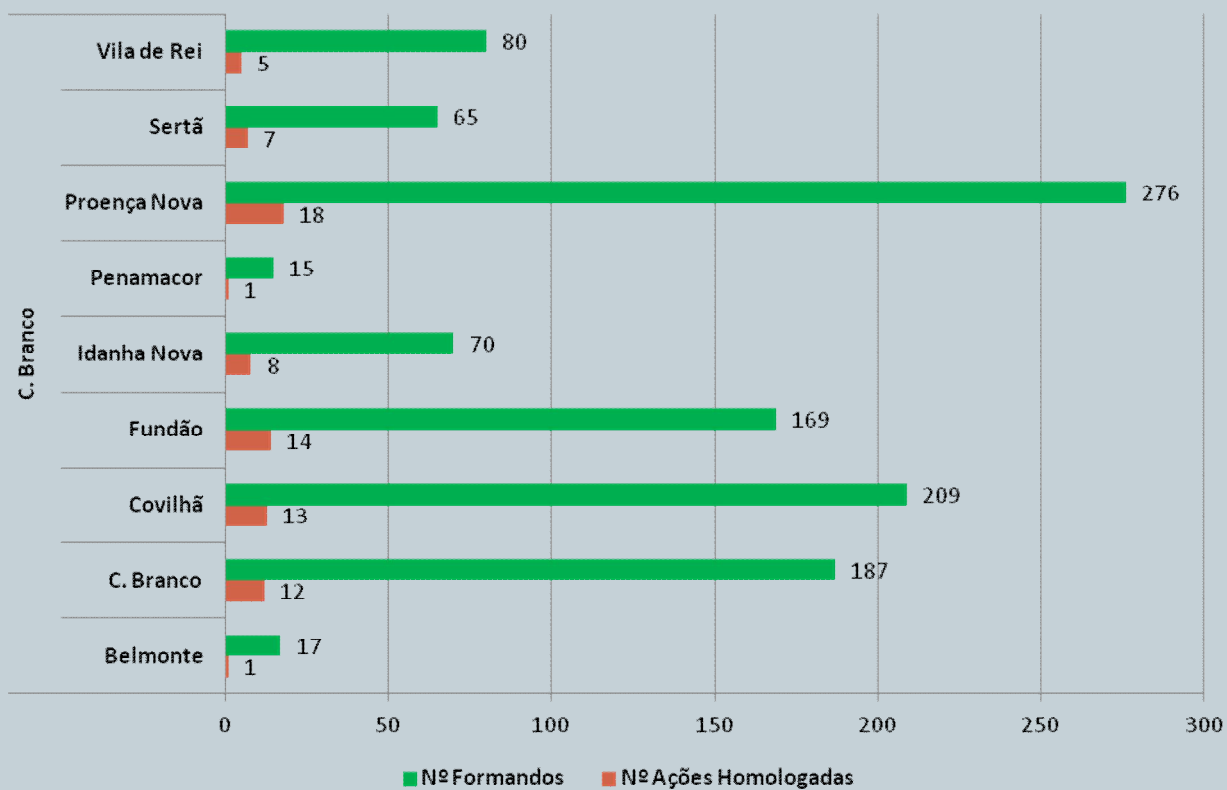
DRAP Centro
Direcção Regional
de Agricultura e Pescas
do Centro

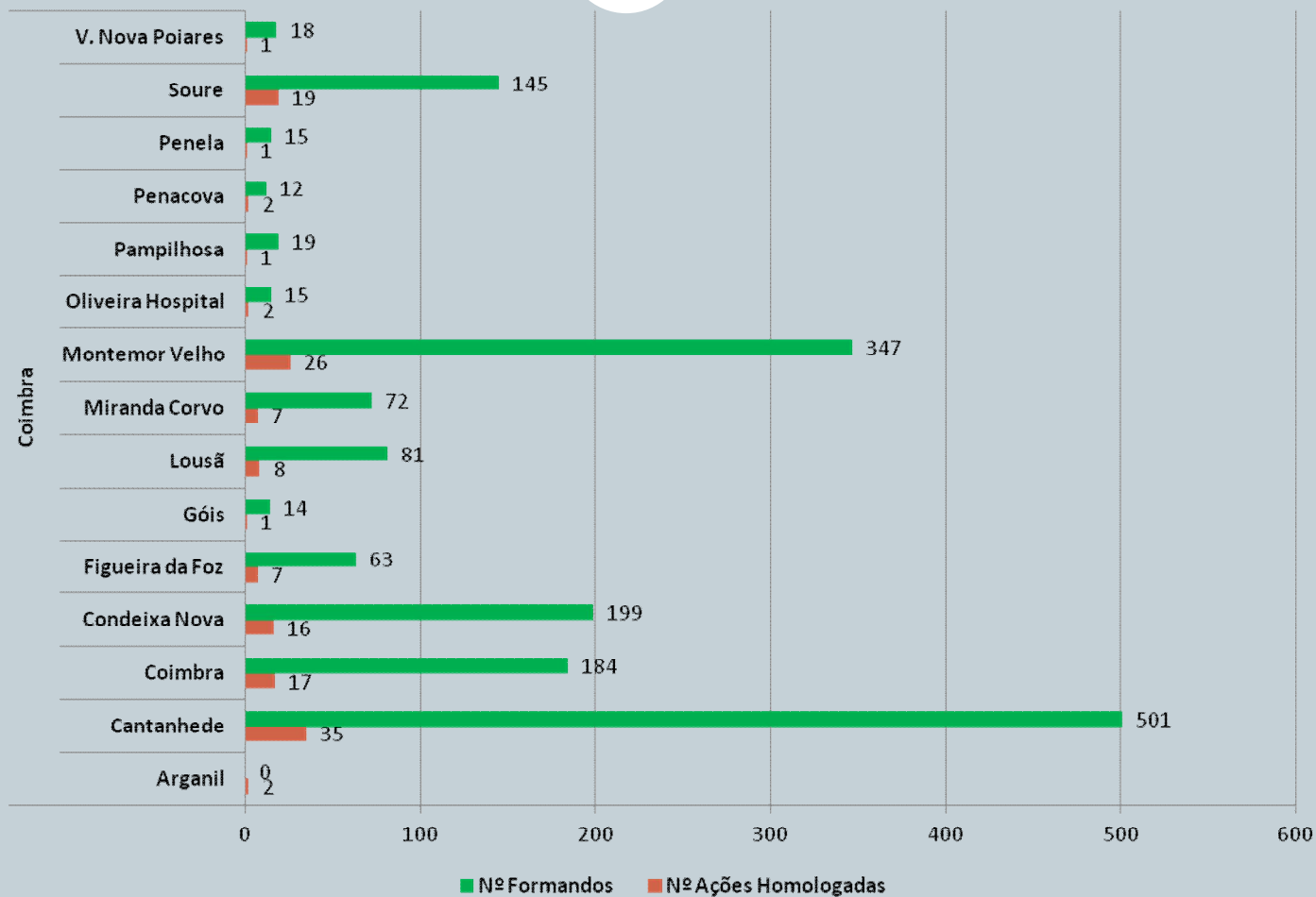


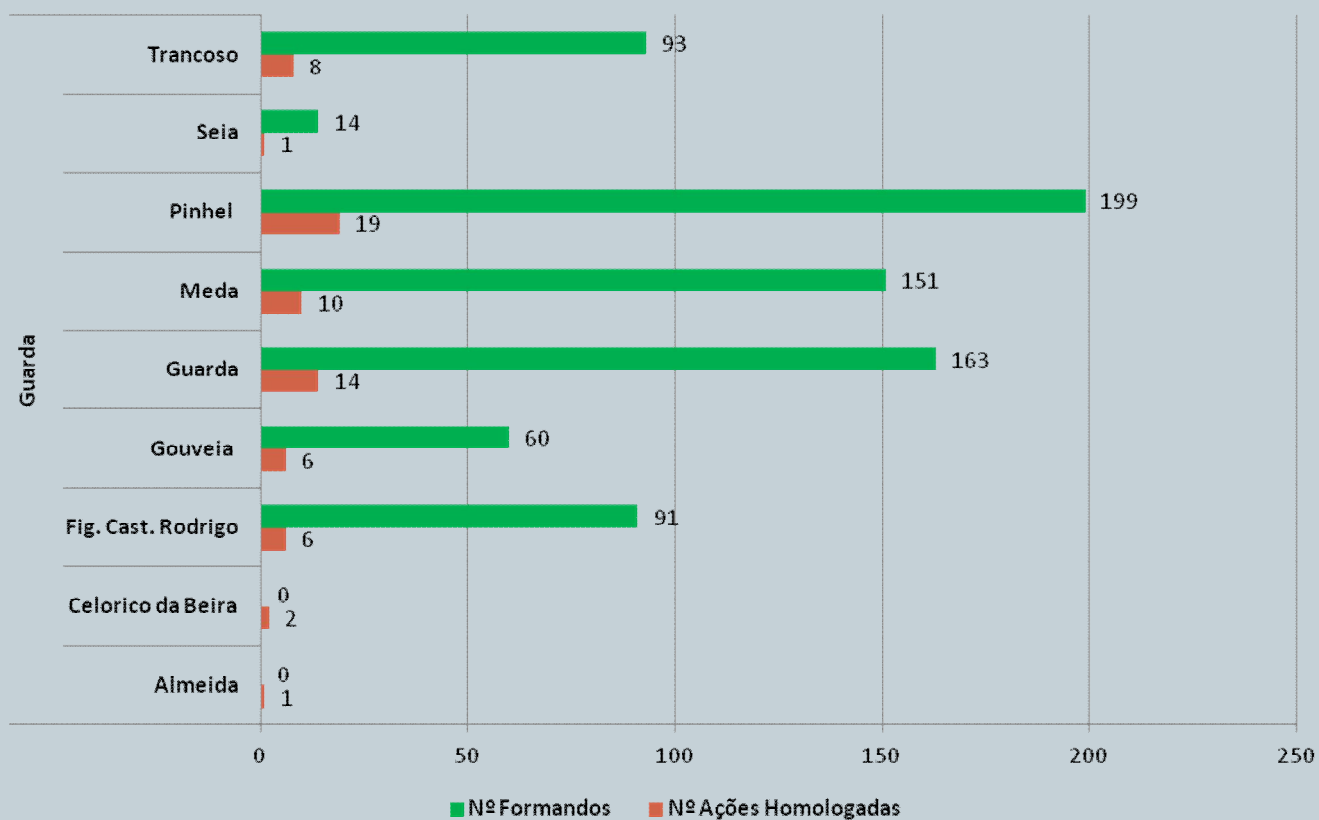
4.b) Distribuição das Ações de Aplicação de produtos Fitofarmacêuticos por Concelhos (2008 a 2013*)

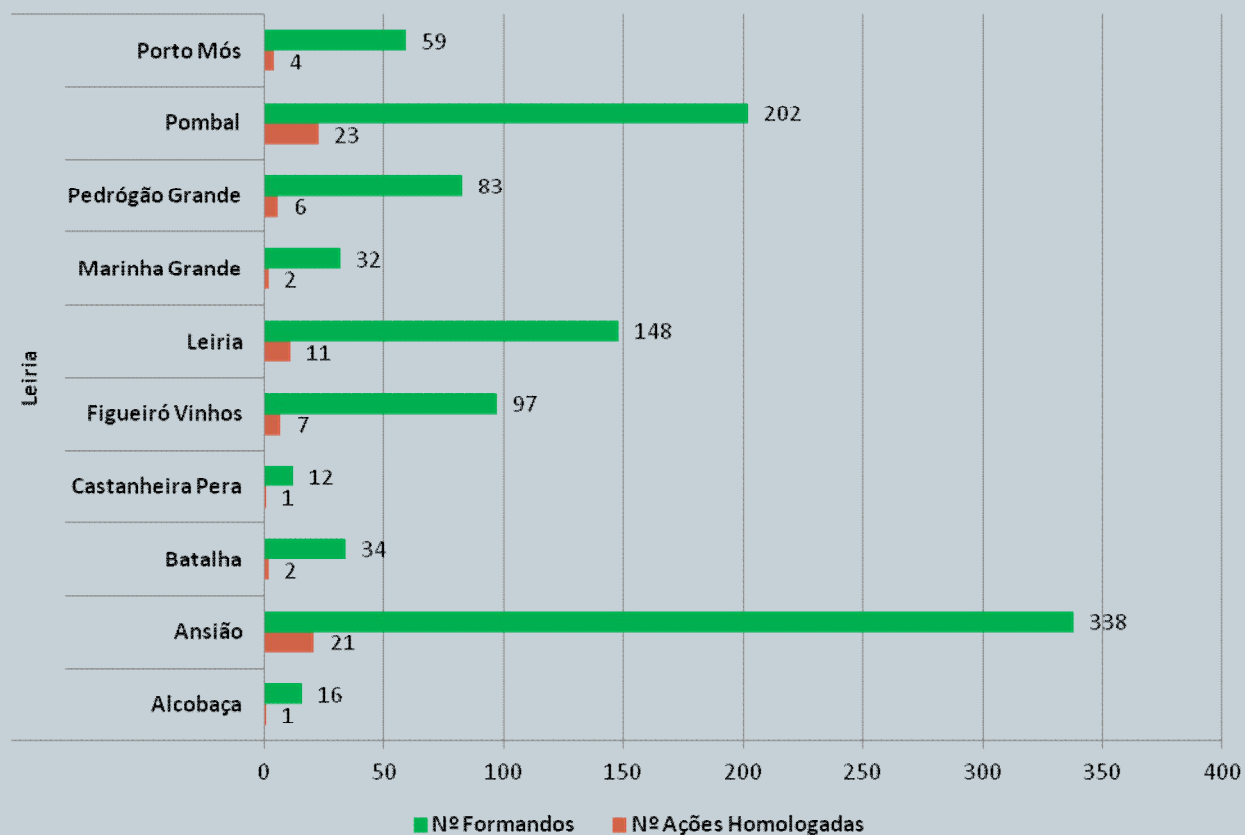
(*) Até 31/10/2013

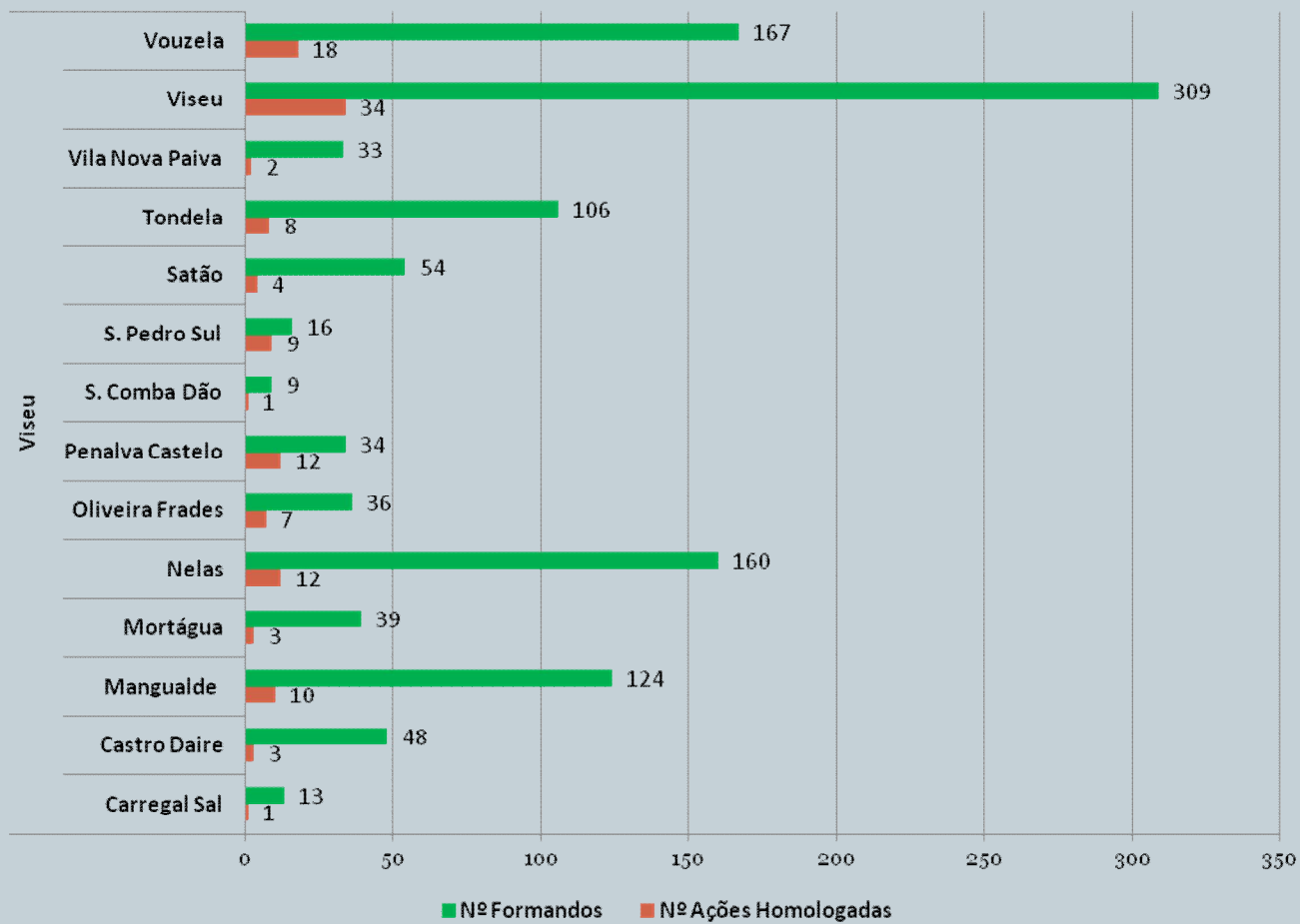














GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR

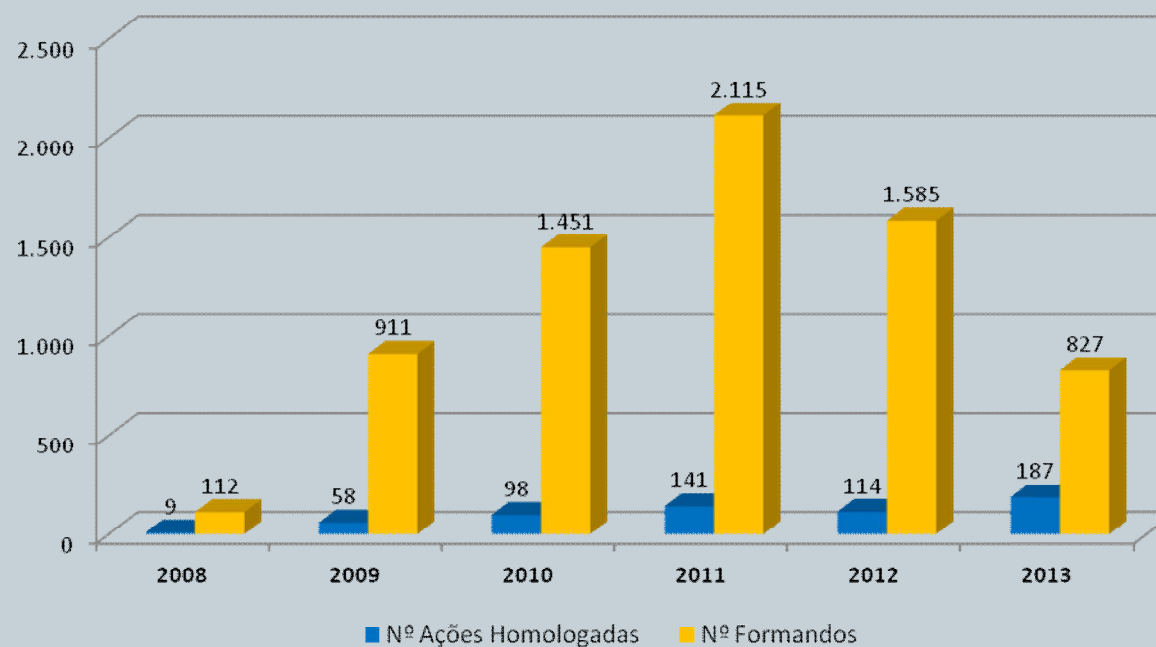
DRAP Centro
Direcção Regional
de Agricultura e Pescas
do Centro



4.c) Distribuição anual das ações de APF/DCPF e emissão de cartões APF



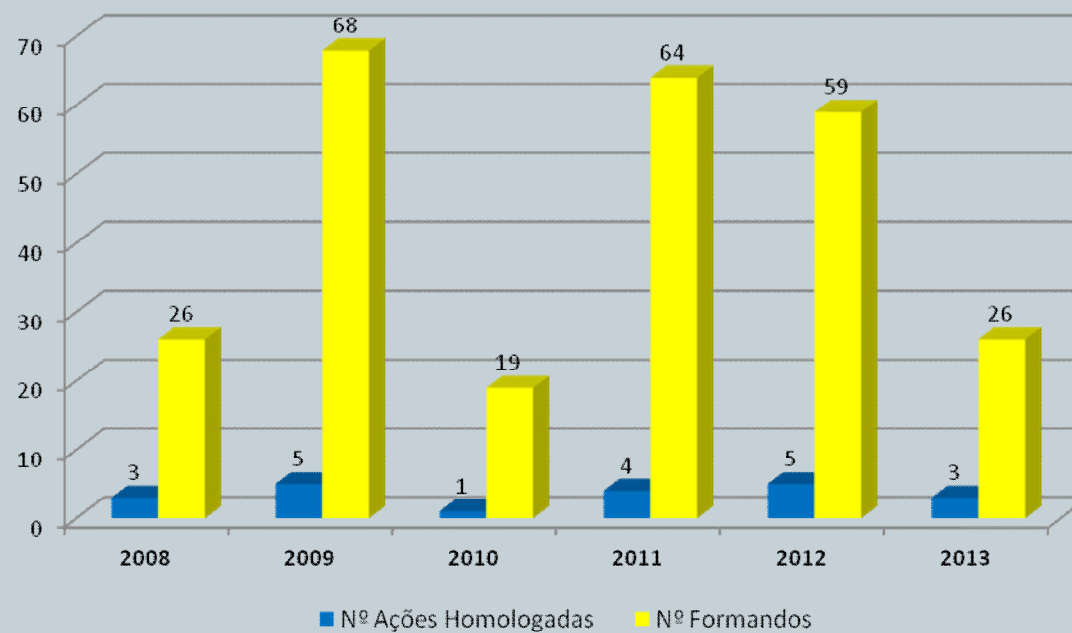
APF - Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos Distribuição anual





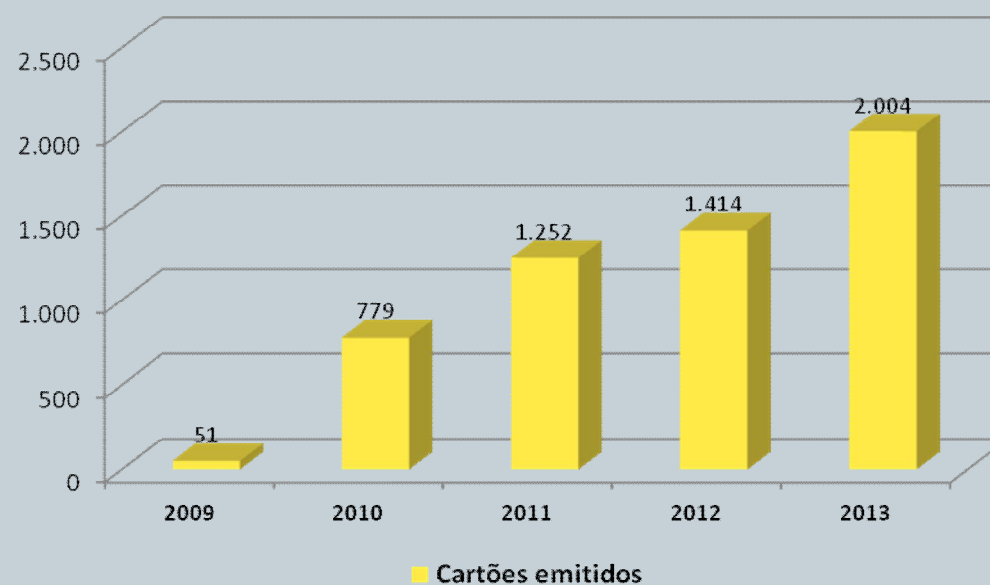
DCPF - Distribuição e Comercialização de Produtos Fitofarmacêuticos

Distribuição anual





Emissão de Cartões de Aplicadores de Produtos Fitofarmacêuticos Evolução anual (2009 a 2013)





GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR

DRAP Centro
Direcção Regional
de Agricultura e Pescas
do Centro



4.d) Total das ações de Formação Profissional homologadas pela DRAP Centro no período de 2008 a 2013 (*)



(*) Até 31/10/2013



**Total das Ações de Formação Profissional Realizadas
DRAP Centro (Período de 2008 a 2013)**

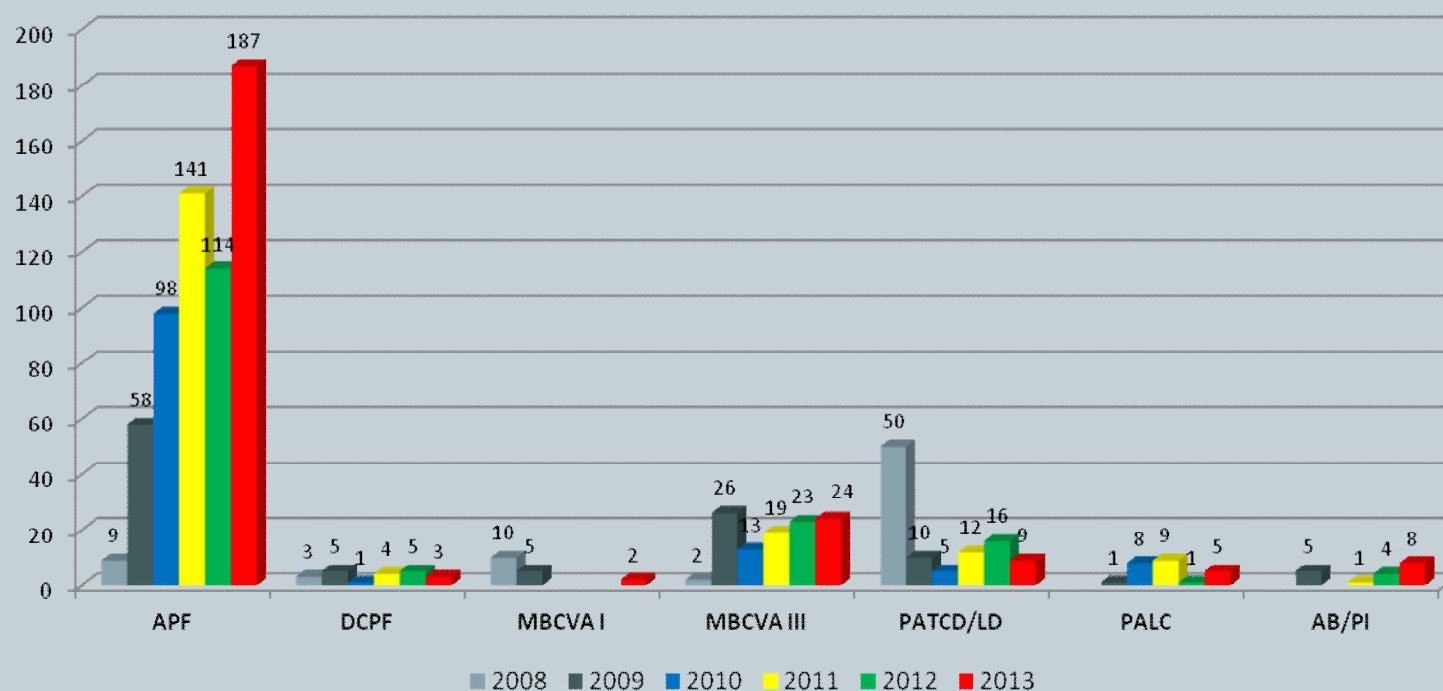
Tipo de ação		Anos						Total
		2008	2009	2010	2011	2012	2013	
APF	a)	9	58	98	141	114	187	607
	b)	112	911	1.451	2.115	1.585	827	7.001
DCPF	a)	3	5	1	4	5	3	21
	b)	26	68	19	64	59	26	262
MBCVA I	a)	10	5	0	0	0	2	17
	b)	151	72	0	0	0	0	223
MBCVA III	a)	2	26	13	19	23	24	107
	b)	25	299	157	223	286	274	1.264
PATCD/LD	a)	50	10	5	12	16	9	102
	b)	748	128	55	149	220	81	1.381
PALC	a)		1	8	9	1	5	24
	b)		12	123	138	16	52	341
AB e PI	a)		5		1	4	8	18
	b)		87		16	12	33	148
	a)	74	110	125	186	163	238	896
	b)	1.062	1.577	1.805	2.705	2.178	1.293	10.620

a) N° de Ações Homologadas

b) N° de Formandos

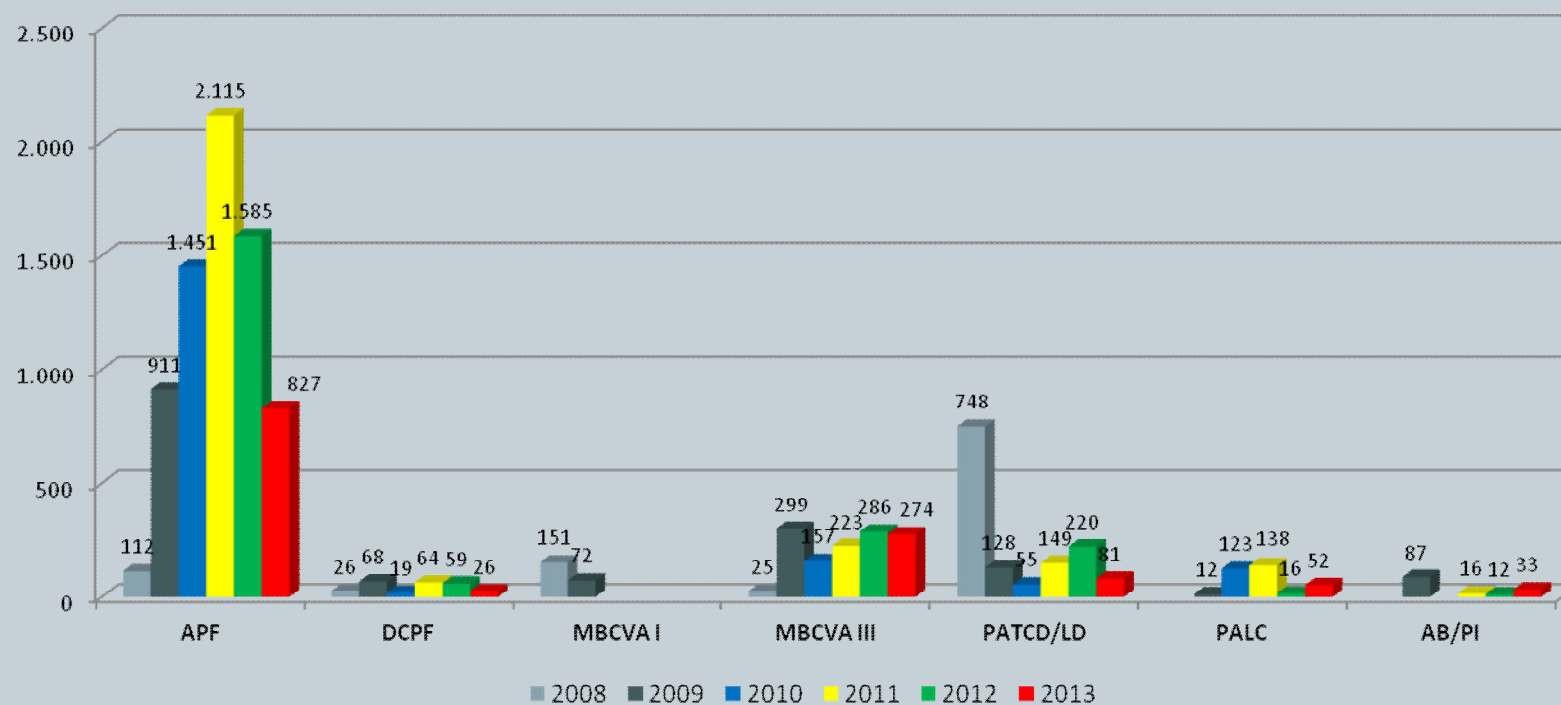


Nº Total de Ações Homologadas





Distribuição Anual do N° de Formandos/Ação





GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR

DRAP Centro
Direcção Regional
de Agricultura e Pescas
do Centro



5. Recomendações para atuação futura das DRAP ao nível da homologação das ações de APF e DCPF



A futura forma de atuar das DRAP no que respeita aos processos de homologação das diversas ações deverá pautar-se por uma maior envolvimento, designadamente nos seguintes níveis:

1º Deve haver um reforço do papel das DRAP na definição estratégica dos conteúdos funcionais das ações de APF ou das restantes ações de FP a realizar no âmbito das suas áreas de abrangência;

2º Deve ser dado maior relevo às ações orientadas para reciclagem e melhoria dos conhecimentos em temáticas específicas pré definidas;

3º Reforço das ações orientadas para operadores agrícolas e para ações de componente técnico/prática de forma a dotar as regiões de operadores de serviços especializados (p. ex. especialistas em podas, enxertias, tratamentos, sistemas de condução, etc.);

4º Desenvolver em articulação com as escolas com capacidade técnica para poderem disponibilizar formação de ativos agrícolas e não apenas os jovens empresários, desenvolvendo não só a formação clássica de cursos de ensino técnico superior mas também formação orientada para conteúdos mais práticos de forma a promover o empreendedorismo e o profissionalismo do nível dos prestadores de serviços;



5º As homologações por parte das DRAP deverão ter um maior grau de exigência quanto à qualidade dos formadores através de uma análise mais incisiva ao currículo dos mesmos;

6º O papel das DRAP deve ser orientado no sentido de levar mais em atenção as necessidades locais de formação e não apenas para satisfação da oferta de FP das entidades acreditadas que a dão;

7º Deverá ser potenciada a utilização de salas que garantam condições dignas para assegurar um correto funcionamento das diversas ações de FP, designadamente quando existam condições estruturais e disponibilidade por parte de instalações da DRAP Centro ou de outras entidades públicas ou privadas, aproveitando as suas características estruturais em detrimento da utilização de outras sem condições mínimas para ministrar essas ações.



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR

DRAP Centro
Direcção Regional
de Agricultura e Pescas
do Centro



http://www.drapc.min-agricultura.pt/drapc/servicos/desenvolvimento/fp_agricola.htm



Bem hajam

Divisão de Desenvolvimento Rural - DSDARL

ddr@drapc.min-agricultura.pt